

Ameaça de radicalização

Evandro Matheus/Esp. CB/D.A Press



A categoria exige 28% de reajuste salarial e reestruturação da carreira

A Polícia Civil cruzou os braços em 31 de março exigindo um reajuste salarial de 28% e a total reestruturação da força policial — segundo o Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol), o efetivo da polícia conta hoje com o mesmo número de servidores de 1993. O Governo do Distrito Federal (GDF), porém, tenta negociar. Depois de duas reuniões com representantes da categoria, apresentou um acordo rejeitado pelos servidores.

Em um comunicado, as Secretarias de Administração Pública, de Governo e de Segurança Pública se comprometeram a corrigir o intervalo de descanso entre os plantões dos agentes e a criar um grupo de estudo para sugerir nova proposta ao GDF. Segundo a nota divulgada pelo governo local, um deficit orçamentário de mais de R\$ 500 milhões sofrido impede propostas melhores. Na última quarta-feira, houve vaia de centenas de policiais mobilizados em frente ao Palácio do Buriti.

Por enquanto, nenhuma reunião

foi marcada entre representantes do sindicato e do governo. “Está sendo negociado com a nossa área. Cada um tem o direito de se mobilizar”, declarou o governador Agnelo Queiroz (PT). Se a negociação continuar no mesmo ritmo, o Sinpol já alertou que a população pode ser ainda mais prejudicada pela greve. “Estamos no resguardo de uma proposta. É provável que a situação se radicalize”, alertou Ciro José Freitas, vice-presidente do Sinpol.

De acordo com ele, o movimento grevista não deve acabar enquanto o GDF não der uma posição clara sobre o assunto. Depois da reunião realizada na última terça-feira, o sindicato havia sinalizado que o fim da paralisação seria possível, mas a proposta discutida entre representantes dos policiais e o corpo técnico do governo não foi aprovada pelo GDF. “Temos de tratar com o governador”, alertou Ciro.

Colaborou Juliana Boechat